

Quinto Anfossi e a Cidade à Venda: A especulação imobiliária de Italo Calvino

CAMILA PIEROBON¹

Se isto for verdade, então temos de mudar radicalmente o modo em que estamos habituados a olhar para o problema da relação entre arte e política. A arte não é uma actividade humana de ordem estética, que pode, eventualmente e em determinadas circunstâncias, adquirir também um significado político. A arte é em si própria constitutivamente política, por ser uma operação que torna inoperativo e que contempla os sentidos e os gestos habituais dos homens e que, desta forma, se abre a um novo possível uso. Por isso, a arte aproxima-se da política e da filosofia até quase confundir-se com elas. Aquilo que a poesia cumpre em relação ao poder de dizer e a arte em relação aos sentidos, a política e a filosofia têm de cumprir em relação ao poder de agir. Tornando inoperativas as operações biológicas, económicas e sociais, elas mostram o que pode o corpo humano, abrem-no a um novo, possível uso.

Giorgio Agamben, 2007.

Quinto Anfossi é um homem de classe média, intelectual e ex-comunista, que nos anos cinquenta se encanta com o *boom* econômico do pós-guerra italiano e decide realizar uma especulação imobiliária vendendo parte da casa de sua mãe. Criado pelo escritor italiano Italo Calvino no ano de 1956, Quinto Anfossi faz parte da trajetória de crise experimentada pelo escritor lígure², e pode ser lido como uma autobiografia “ligeiramente deformada”, na medida em que Calvino se auto-retrata nesse personagem.

A experiência de crise vivida por Quinto nos é contada através do livro *A especulação imobiliária*, publicado em 1957 na série *Coralli* da editora Einaudi. Segundo o próprio autor, em uma de suas cartas, a história traz para a discussão “uma nova [e perturbadora] variação sobre o

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CNPQ. Email: camila_pierobon@hotmail.com.

² Análise a “trajetória de crise” de Italo Calvino nos anos de 1950 em minha dissertação de mestrado, intitulada: *Os duplos de Italo Calvino proliferam na cidade: três trajetórias em crise* (2013). Grosso modo, analiso os processos de transformação do escritor que parte do intelectual engajado e da pretensão de totalidade, mas que aos poucos vai se transformando em antropólogo e abrindo espaço para a multiplicidade.

tema da «derrota do intelectual» (CALVINO, 2001, p.499, tradução minha), frente à inesperada “belle époque³” ocorrida na Itália dos anos de 1950.

Com implacável ironia, Calvino apresenta um intelectual que está o tempo todo em crise diante de uma realidade amplamente contraditória. Na definição de Alberto Asor Rosa, Quinto Anfossi é um homem perplexo, sonhador, desiludido e cínico, sempre dividido diante da paradoxal realidade que se apresenta no período do pós-guerra italiano, e se mostra sempre pronto a punir e a ferir a si próprio com a violência e a impetuosidade de um inimigo (ASOR ROSA, 2001:18). Envolto por um redemoinho de contradições, Quinto se vê diante de dois ou mais caminhos a escolher. E escolhe, mas com a impressão de optar sempre pelo caminho contrário ao que acreditava ser o melhor.

Como duplo de Italo Calvino, Quinto Anfossi foi criado para abrir a possibilidade do escritor italiano experimentar em profundidade as dúvidas e angústias com as quais ele se deparava naqueles anos de 1950, mas também como possibilidade de relação entre vida, experiência, criação e escrita. Através de uma escrita crítica e autocrítica, Calvino discute o lugar do intelectual no novo mundo que se inaugura com o fim da Segunda Guerra Mundial. Dessa maneira, Quinto Anfossi possibilitou um espaço de experimentação de mundo onde Calvino pôde levar ao extremo suas indecisões, hesitações e incertezas.

Em meio a um redemoinho objetivo e subjetivo, Italo Calvino mantém a idéia de que presença do escritor é interna ao ato de escrever e que o estilo literário estaria intimamente ligado à forma como seu autor entende e pensa o mundo social em que vive. Assim, podemos ler o texto de Calvino como testemunho de uma época que abre a possibilidade para pensamentos, ações e reinvenções, por permitir a criação de zonas de visibilidade de uma crise, difícil de ser compreendida e assimilada naquele momento.

Uma possibilidade complementar de entendimento desse livro está na leitura do texto como auto-etnografia, o que nos possibilita aproximar a autobiografia, das escritas de si, das histórias

³ Termo usado pelo próprio Calvino sobre o assunto, chamado “A belle époque inesperada”, publicado em 1961 (CALVINO, 2006).

de vida, dos relatos anedóticos, entre outros. Por essa via, poderíamos ler o texto como uma escrita do “eu” que permite o ir e vir entre a experiência pessoal e as dimensões da cultura, da política e da economia, a fim de colocar em ressonância a parte interior e mais sensível de si (FORTIN, 2009: 83). Longe de um projeto de objetividade, a leitura auto-etnográfica nos permite colocar em primeiro plano a dimensão da experiência e da subjetividade como maneiras de fazer literatura.

Crise, crítica, autocrítica e experiência são palavras que marcam a produção literária de Calvino e que direcionam a minha leitura dos textos. Através de uma escrita aparentemente simples e clara, o escritor italiano vai desenhando cenários tensos e complicados, onde vemos a impossibilidade de encontrar uma “solução” única e definitiva para os problemas apresentados. Com o texto, Calvino nos convida a por em xeque a ambição iluminista da objetividade e a aspiração de uma totalidade que se constitua através de um sentido único e essencialista

1 – Tecendo um emaranhado

O problema que o livro *A especulação imobiliária* traz não é fácil de ser apresentado. Isso por duas razões convergentes: a primeira se dá pela dificuldade em desenredar um personagem altamente confuso que é Quinto Anfossi, um intelectual, que foi membro do Partido Comunista Italiano, *partigiani* na Segunda Guerra Mundial e, agora, é um ex-comunista. Alternando entre a vida da cidade grande e a da cidade pequena, Quinto oscila entre manter-se um intelectual de esquerda ou aderir ao empreendedorismo econômico dos “novos tempos”. Essas e outras escolhas que Quinto enfrentará nos permite conhecer um personagem em dúvida, sempre insatisfeito com os pensamentos, as decisões e as ações adotadas no seu cotidiano.

A segunda dificuldade se encontra no emaranhado de questões que surgem quando Quinto decide realizar uma “especulação imobiliária”. Nessa empreitada, o personagem - meio comunista meio empreendedor - se encanta com a possibilidade de se tornar um empreendedor

dos novos tempos, mas se desencanta com o processo prático para a efetivação da especulação. Para realizar sua tarefa, Quinto coloca a si mesmo e sua família em um novelo inextricável de advogados, tabeliães, engenheiros, funcionários públicos, políticos, empresários, secretárias e operários.

A narrativa começa em 5 de abril de 1956, quando Quinto Anfossi sai de T. e se dirige à cidade natal para visitar sua mãe. Atual morador da cidade grande, todas as vezes que retornava para a Riviera admirava de forma nostálgica a verde e calma paisagem, onde tudo parecia igual ao tempo de sua infância. Todavia, nesta última viagem, Quinto sentira certo incômodo, mas não conseguia identificar exatamente a causa desse sentimento.

Ao tentar entender a paisagem alterada, Quinto passa enxergar as recentes construções e a interpretá-las como parte do "novo espírito do tempo" que chegava à Europa do pós-guerra. Encantado por este momento econômico, o personagem pensa na urgência de fazer parte dessa novidade, e resolve, ele também, dar início a uma especulação imobiliária, afinal, “–Se todos estão construindo, por que a gente não constrói também?” (CALVINO, 2011:10).

Acontece que o local “propício” para realizar esse empreendimento é o quintal da casa de sua mãe, exatamente no terreno “dos vasilhames”, um lote que antes era usado para o cultivo da horta da família e agora servia como depósito de adubos, vasos e inseticidas para o jardim de sua mãe. Quinto, vinculado ao local apenas “por um fio de excitação nostálgica”, via aquele espaço como um apêndice da propriedade. Entretanto, para sua mãe que vivia há anos naquela casa e lá certamente permaneceria, o terreno se tornara fundamental no cultivo das plantas raras de seu jardim. Sem uma memória de infância que o entrelaçasse àquele espaço, já que todos os antigos objetos haviam desaparecido, Quinto decide realizar ali mesmo a sua idéia empreendedora.

"Era a época terrível dos impostos", e o pai de Quinto, que cuidava desses assuntos, havia falecido. Naqueles dias, dois impostos inesperados haviam estourado, e esse intelectual da cidade grande não tinha a quantia suficiente para quitá-los. Vender parte da casa de sua mãe se tornou a saída mais apropriada.

Caisotti, esse é o nome do especulador com quem Quinto realiza o contrato. Um homem do campo que depois da Segunda Guerra Mundial fora para a pequena cidade litorânea onde conseguia manter três ou quatro canteiros de obra em atividade. Um “especulador sem escrúpulos do novo tempo”, que desenvolvia suas atividades de forma tão desonesta “que a cidade toda queria esmagá-lo”. Caisotti, sempre pronto a tirar vantagem em tudo, era desaprovado por todos aqueles a quem Quinto pedia opinião.

Mas esses alertas não interessavam a Quinto, para ele o que importava era o “momento econômico” e mais nada! Aquele especulador, cujas características oscilavam entre menino e tubarão, agradavam o aventureiro Quinto que sentia prazer em saber misturar-se com “gente de toda laia”, e que tentaria, a todo custo, fazer parte da “nova história”. Diante de uma realidade dura, hostil e cheia de contradições, onde o futuro parece incerto e o presente humilhante, nosso herói entende que a única alternativa possível é construir e especular.

2 – O encantamento ou o *homo economicus*

Toda vez que Quinto chegava à ***, localizada na Riviera italiana, a mãe o levava ao terraço de sua casa para mostrar as novidades que transformavam o cotidiano da pequena cidade. A mãe, essa personagem sem nome, indicava para Quinto as novas construções que muito a incomodavam:

- Ali os Sampieri estão levantando mais um andar, aquele lá é o prédio novo de um pessoal de Novara, e as freiras, até as freiras - lembra o jardim de bambus que a gente via lá embaixo? -, agora veja o buraco que elas fizeram, quem sabe quantos andares vão querer erguer com essas fundações! E a araucária da vila Van Moen, a mais linda da Riviera: agora a empresa Baudino comprou toda a área, e uma árvore que devia ter sido tombada pela prefeitura virou madeira de lenha; aliás, seria impossível transplantá-la, quem sabe até onde iam as raízes. Agora venha ver desse lado: a gente já não tinha vista para o nascente, mas veja o novo telhado que apareceu; pois bem, agora o sol da manhã chega meia hora depois. (CALVINO, 2011:8-9)

O filho, distraído e inapetente, emitia exclamações inexpressivas diante das contestações levantadas pela mãe: “- Ah! Oh! Mas que coisa! Oh, minha cara (...). Mas o que se pode fazer?” (*idem*: 9). Mas o que Quinto sentia naquele momento era um certo prazer diante da novidade e

uma “ostentação de sabedoria de quem sabe ser inútil a ladainha contra o movimento da história”. Mesmo atento, vendo a “sua” cidade afundar no cimento, não era aquilo o que importava a Quinto! Sua ânsia estava em “sair da passividade e passar ao ataque”. A cidade tinha uma nova vida, mais viva que nunca, “monstruosa e antiestética”, e Quinto se mostrava disposto e pronto a exercer violências ainda mais duras sobre si mesmo e sobre sua própria vida.

Era o *boom* econômico do pós-guerra, uma *belle époque* que chegava de forma inesperada e que esbanjava para todos os lados seu ar de abundância. Com a abundância, o novo momento econômico trazia consigo a idéia de que cada um de seus indivíduos deveria, a partir de agora, cuidar de seus “interesses pessoais”. Era um momento onde os modos mais “utilitários e oportunistas” passavam a ser valorizados pelos agentes das relações econômicas na pequena cidade. Advogados, tabeliães, engenheiros, enfim, homens envolvidos com o “mundo dos negócios”, estavam convencidos, de forma aberta ou íntima, que as pequenas cidades do litoral italiano também poderiam fazer parte da “nova história” que se inaugurava.

Para nos ajudar a levantar as questões presentes nesta narrativa de Calvino, trago as reflexões que Michel Foucault desenvolveria vinte anos mais tarde ao analisar o surgimento de um novo *homo economicus*. Em *O Nascimento da biopolítica*, Foucault define esse *homo economicus* neoliberal como um empreendedor de si mesmo, na contramão do que seria o *homo economicus* clássico que estaria baseado na troca, na utilidade e na necessidade. Esta nova forma de ser estaria relacionada à lógica do mercado neoliberal, que faria de cada indivíduo o criador de seu próprio capital, um produtor de si mesmo e de sua própria renda (FOUCAULT, 2008a:311). Um novo homem para um novo tempo, alinhando as racionalidades do neoliberalismo às suas escolhas pessoais, e que ganhava força naqueles anos do pós-guerra. Quinto, claro, não poderia ficar de fora!

Quinto era um homem de classe média, membro da velha burguesia local mas que dela se distanciara quando escolheu, nos anos da Segunda Guerra Mundial, filiar-se ao Partido Comunista Italiano e nele atuar como militante. Naqueles anos, Quinto se mudara para T., cidade grande, e suas relações de trabalho e amizade estavam vinculadas às atividades do PCI.

Agora, sem trabalho, sem dinheiro e com dívidas a pagar, começa a entender que tudo o que lhe parecia ocioso deveria entrar em atividade. Se a “cidade toda construía”, porque ele não poderia construir? Mas ele não se atentava que esse “todos”, evidentemente, significava todos aqueles como Quinto, isto é, membros de “velhas famílias de proprietários de pequenos olivais improdutivos ou de casas com aluguéis suspensos”. Vender o velho terreno dos vasilhames lhe parecia a melhor opção.

Além disso, sempre que Quinto pedia opiniões sobre as decisões de levar à frente sua ideia empreendedora, os advogados, tabeliães, banqueiros, funcionários da receita, que conheciam a sua situação, mesmo colocando muitos empecilhos, no limite não o desaconselhavam a efetivar sua empreitada.

Mal tivera a idéia de vender parte do terreno de vasilhames de sua mãe e Quinto, mas também Ampelio, seu irmão, começavam a falar em números, contas, alturas, metragens, investimentos... sem saber com precisão nada do que lhes fossem perguntado com mais detalhes. Essas palavras passavam a fazer parte do vocabulário de Quinto e o ajudavam a formular a noção de que vender seria a atividade mais natural e mais óbvia neste momento. Quinto racionalizava os próximos passos a tomar, como se nunca tivesse feito outra coisa em sua vida.

Quando voltamos à idéia de *homo economicus* presente em *O Nascimento da Biopolítica*, Foucault trás uma análise sobre o neoliberalismo em suas versões norte-americana e alemã, como parte de uma reformulação das práticas de governo liberal que ganha força a partir dos anos de 1930. Uma governamentalidade que alia biopolítica, “razão de Estado”, economia política e, com elas, concatena uma forma específica de subjetividade onde as pessoas tomariam como suas certos dispositivos presentes nas tecnologias de mercado. Nesse sentido, não seria através da lógica da dominação e repressão que esse processo se realizaria, mas educando e convidando a fazer parte, neste caso, do “novo espírito econômico” dos tempos.

Quinto se distanciara de seus conterrâneos no período da Segunda Guerra Mundial quando se filiou ao Partido Comunista, agora, voltando a *** em 1956, sentia certo prazer em novamente ser diferente dessas pessoas. Mesmo negociando também com parte da antiga burguesia local,

Quinto se diferenciava de todos os seus antigos colegas: enquanto seus amigos de colégio, que sempre viveram na pequena cidade litorânea, lamentavam as mudanças que ocorriam na cidade - uma “invasão” de populações oriundas de outros lugares, sobretudo das cidades do norte, prontas para construir ou para desfrutar as férias no litoral - Quinto se entusiasmava por seu desprendimento com o local e por isso conseguiria dar passos que seus conterrâneos jamais arriscariam. Ele, entretanto, deveria arriscar mais!

Num momento onde o “empreendedorismo de si” se tornava a ordem do dia, construir passou a ser uma tarefa muito modesta para aquele que queria fazer parte do “novo espírito do tempo”. Neste contexto, vender o terreno dos vasilhames tornara-se algo pequeno e pouco racional. A idéia verdadeiramente empreendedora seria ele também especular!

Depois de efetuar uma quantidade de cálculos, como se entendesse perfeitamente o que estava fazendo, Quinto se dirige ao irmão e fala sobre a idéia de tornarem-se sócios de um dos maiores especuladores atuantes na cidade. Ampelio prontamente concorda com o irmão e, juntos, pensam que um “verdadeiro” entendedor da lógica do novo tempo, não deveria apenas vender e pagar as suas dívidas, mas também especular e gerar renda. Nesta empreitada, o ex- comunista, através de sua “livre e espontânea decisão”, propõe sociedade a Caisotti, o maior especulador da cidade.

Caisotti, um homem do campo que “venceu”, aquele que mantém vários canteiros de obra em atividade, é a personificação do *homo economicus*, um homem que “venceu por si mesmo”. Ao refletir sobre as atividades desse especulador, Quinto se via alçado pelo caráter sedutor do empreendedorismo. Nosso aspirante a empreendedor entendia a especulação como o principal dispositivo para o seu sucesso econômico.

Nosso herói se definia como um homem “livre” das tradições locais e “consciente” do movimento da história. Nesse sentido, se seguirmos o raciocínio de Foucault, a idéia de liberdade dos novos tempos estaria sendo produzida no momento em que os sujeitos criam as suas próprias condições para realizar seus interesses, recorrendo à dinâmica da sua própria racionalidade. A interiorização da lógica do mercado e a construção de um “eu” empreendedor de si mesmo,

fariam parte de uma subjetividade intrínseca ao neoliberalismo, onde cada indivíduo particular deveria arriscar, ou melhor, colocar a si mesmo em risco. Vincular-se à realidade prática do novo tempo, era um dos maiores desafios que Quinto colocava para si.

Segundo Trent Hamann (2012), apoiado nas reflexões de Foucault e de Nikolas Rose, o neoliberalismo formaria um *ethos* que operaria em muitos âmbitos da vida social e individual. A biopolítica realizada pela via do neoliberalismo alcançaria sua efetivação no encontro entre *homo economicus* e capital humano, que tornaria cada sujeito em empreendedores de si mesmo, tornando a si mesmo seu próprio produtor de rendimentos. O empreendedor de si mesmo consistiria em dirigir-se a determinados fins da maneira mais racional possível, a partir dos meios (mesmo que escassos) disponíveis em seu cotidiano.

O *homo economicus* neoliberal típico, ainda segundo Hamann, seria um “‘átomo’ de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício *excluindo explicitamente* todos os demais valores e interesses” (2012:101). Para completar este raciocínio, todos aqueles que fracassassem em prosperar não poderiam responsabilizar nenhuma outra pessoa, ou nenhuma coisa, além de si mesmos.

Nesse sentido, podemos dizer que especular, dentro de um contexto de *boom* econômico, integra a “arte de governar” do Estado neoliberal, como sendo um dos dispositivos e dos modos de racionalização que permite estabelecer o “preço justo” dos produtos ou “sancionar fraudes”, convertendo-se num jogo natural do mercado e das variações de preço.

No texto de Calvino podemos observar como, através da trajetória de Quinto, se realiza a aliança entre interpretações e ambições pessoais e o modo de vida social ou institucionalmente valorizado. Mais do que isso, também é interessante perceber como uma forma de subjetividade aliada a uma governamentalidade neoliberal se efetiva através das práticas empreendedoras de nosso personagem.

3 – O contrato ou o desencantamento

Os momentos de euforia vividos por nosso aspirante a empreendedor duraram pouco. As complexidades do mundo prático começaram a aparecer logo no momento em que Quinto decidiu colocar o terreno à venda. Passavam-se dias, semanas, meses desde o primeiro anúncio sobre a venda terreno e poucas construtoras se mostravam interessadas a investir em uma área repleta de novas construções, agravada pelas características do terreno que era estreito e sem sol. Finalmente aparece Caisotti.

Com as promissórias vencidas, as cobranças incessantes do banco e a ameaça da hipoteca, Quinto estava decidido a aceitar qualquer quantia que Caisotti oferecesse. Mesmo assim, durante a conversa, Quinto, na tentativa de forjar uma negociação e se apresentar como um homem de negócio, mas disposto a consentir, reclamou sobre a oferta: “– Muito baixa!”. A discussão continuava e Caisotti apresentava um a um os problemas do terreno e acrescentava que se não fosse por um preço mais baixo não valeria a pena (para ele) construir. Enfim, chegaram a uma conciliação sobre uma característica positiva do terreno quando Quinto o qualificou como “central”, afinal, ele se localizava em uma região central da cidade, e Caisotti concordou.

Ainda nos acertos sobre o preço do terreno, Quinto pronuncia a frase que jamais poderia dizer em uma negociação, marcando a sua ingenuidade e inexperiência com o “mundo dos negócios”. Na tentativa de terminar o assunto sobre o preço e fechar o negócio rapidamente, Quinto diz: “– O senhor sabe perfeitamente até que ponto pode subir a oferta, assim como nós sabemos até que ponto podemos descer...” (CALVINO, 2011:19). No entanto, “descer” era a última palavra que Quinto poderia pronunciar como um negociador. Mal terminara a frase e Caisotti ria! Estava firmada a sociedade entre Quinto e Caisotti.

“Combinado” o preço, considerando as regras de mercado imobiliário, precisariam redigir o contrato. É a partir desse contrato que Quinto começa progressivamente a envolver seus antigos colegas de escola, membros da pequena burguesia local, em sua ideia empreendedora.

O primeiro a ser envolvido na empreitada foi o advogado Canal. O advogado havia sido colega de Quinto nos anos escolares, mas fazia anos que os dois não conseguiam conversar devido as divergências de opiniões políticas e sociais. Mas como agora o assunto que os aproximavam era de ordem prática, iniciaram uma nova relação. No escritório de Canal, Quinto falava sobre sua ideia de vender o terreno para pagar as dívidas, Canal prontamente concorda, entendendo que Quinto não teria outra saída. Porém, quando Quinto acrescenta que o negócio seria feito com Caisotti, o advogado passa a levantar uma quantidade de suspeitas contra o empreendedor: “- é que todo negócio que se mete, toda construção que levanta, só dá problema. Já atuei em algumas causas contra ele, é o empresário mais pilantra de toda ***.” (CALVINO, 2011:21).

Quanto mais Canal falava, mais Quinto se sentia atraído por essa nova classe empreendedora do pós-guerra: “a dos empresários sem escrúpulos”. Quinto lia cada uma das suspeitas de Canal contra Caisotti como receios de um integrante da antiga burguesia local que se via ameaçado pelas investidas do forasteiro Caisotti. Ainda assim, mesmo com todas as questões levantadas por Canal, o advogado aconselhava Quinto a vender. Para isso precisaria de um bom contrato, que ele, Canal poderia redigir.

As informações negativas sobre Caisotti vinham de todos os lados, do engenheiro Tavaglia ao tabelião Bardissone, e sempre da mesma maneira: colocavam inúmeros empecilhos, desvantagens, provocações, ressentimentos, mas, ao final, todos concordavam que Quinto deveria levar a venda do terreno adiante. O tabelião se comprometeria em fazê-lo pagar através de inclusões de cláusulas no contrato e o engenheiro se responsabilizaria pelas cláusulas referentes à construção.

Quinto sentia-se satisfeito. Mesmo assim, fazia muitas contas e por mais que as fizesse, de qualquer modo que a efetuasse, os cálculos davam o mesmo resultado: ele e sua família sairiam perdendo. No entanto, no meio do caminho entre a venda e a redação do contrato, as contas de Quinto mostravam que se ele se tornasse sócio de Caisotti, poderia recuperar essas perdas em alguns anos, com a renda dos aluguéis dos apartamentos que eles seriam proprietários.

É chegada a hora de assinar o contrato:

O curioso foi que, no momento de assinar o contrato, Caisotti não criou caso com os tais pontos espinhosos [que Canal preparara], mas implicou com outros, de pouca monta, dos quais foi fácil retirar os obstáculos. Quinto estava até um pouco decepcionado. Era um contrato terrível, Canal e o tabelião tinham posto toda a sua ciência nele, um contrato intrincado feito um arbusto: dentro dele havia todas as cláusulas do contrato de empreitada, os prazos para pagamento da soma em dinheiro líquido garantido por uma série de promissórias, os prazos para a entrega dos apartamentos finalizados, tudo vinculado a uma cláusula de “reserva de domínio”, isto é, se o empresário não cumprisse qualquer uma das partes do contrato, o terreno retornaria aos proprietários com tudo o que já estivesse sido construído naquele período, no estado em que estivesse. “Se ele aceitar isto, você vai estar blindado”, disse Canal a Quinto. Caisotti tinha aceitado, deixou que eles fizessem tudo, quase não abriu a boca, como se a história do contrato fosse mera formalidade. (CALVINO, 2011:63)

Até este momento, o advogado, o tabelião, o engenheiro e o intelectual Quinto estavam convencidos que se redigissem um bom contrato, conseguiriam “blindar” as possíveis irregularidades de Caisotti. O contrato, retomando o diálogo que fazíamos com Foucault (2008a) sobre o neoliberalismo como forma de governo, pode ser entendido como um importante dispositivo de veracidade tanto da economia quanto do Estado neoliberal. Mais do que isso, o contrato pode ser lido como uma forma de regulação e regulamentação das microrrelações cotidianas, ou seja, uma das formas da governamentalidade neoliberal presente no dia-a-dia de pessoas comuns.

Através da suposta objetividade e racionalidade do contrato, Canal e Travaglia elaboravam cláusulas para o documento na tentativa de fixar os enunciados e formular um conjunto de regras racionais e objetivas que trariam as determinações do que se deveria ou não fazer durante a construção, e as penalidades sobre as regras infringidas. Além disso, o advogado e o tabelião defendiam que o contrato traria a segurança em meio aos inúmeros riscos. Como regime de verdade baseado em uma regulamentação em termos jurídicos, o contrato aparece como uma declaração pública das regras econômica e socialmente aceitas e valorizadas.

Neste contrato de sociedade entre Quinto e Caisotti vemos como as regras presentes na economia de mercado neoliberal normatiza a vida de pessoas comuns, funcionando como critério de verdade. Nesse sentido, o contrato aparece como um dispositivo do regime de verificação da razão governamental presente nas microrrelações cotidianas das pessoas. Se assim for, o contrato

pode ser entendido como mais um elemento na teia elaborada por Michel Foucault, que concatena a emergência do *homo economicus* às relações entre Estado, economia e política no neoliberalismo.

Contrariando todos os presentes, o especulador Caisotti tratava esse mesmo contrato “normativo, objetivo e racional” como mera formalidade. E não era por acaso. Na sequência da assinatura do contrato veio a “escritura particular”:

Além do contrato (todos com cifras falsas, como de praxe, para driblar o fisco), era preciso firmar uma “escritura particular” na qual figuravam as cifras verdadeiras e se especificava o caráter da sociedade com Caisotti para a construção do edifício, que no contrato cabia inteiramente a ele. Porém, quando se passou à “escritura particular”, Caisotti mostrou-se pronto a favorecer os Anfossi em tudo: até propôs, de iniciativa própria, uma emenda para que os fiscais não pudessem achar nada de irregular. E fazia tudo isso com risadinhas espertas e piscar de olhos, erguendo ao redor de si um pântano de cumplicidade, tanto que a mãe, que não se sentia à vontade com essas coisas, arriscou dizer: - Mas não seria melhor declarar as coisas como são, sem recorrer a tantos truques, mesmo que se pagasse um imposto maior? – Todos a contestaram, o advogado e o tabelião com gentileza, Caisotti e os filhos com rispidez, mas Quinto já previa que, para complicar aquela história da “escritura particular”, Caisotti já tivesse seu trunfo: talvez pensasse que depois teria todos eles na mão, vinculados a seu pacto de *omertà*. (CALVINO, 2011:63)

Diferentemente da confiança que o advogado, o tabelião, o engenheiro e o intelectual depositavam no contrato, esse documento vai pouco a pouco aparecendo como um complexo jogo de interesses que envolve diferentes sujeitos, regras da economia de mercado, segmentos do setor público, elementos do direito e inúmeros ilegalismos. Somado ao regime de verdade presente na sociedade neoliberal, o contrato atua como uma tecnologia e uma técnica de poder que atinge diretamente as pessoas comuns. Neste momento, Quinto já pressentia o resultado final da disputa: “Caisotti venceu!”.

A “escritura particular”, que figura a verdadeira natureza da sociedade entre Quinto e Caisotti, compõe o primeiro de muitos ilegalismos pelos quais Quinto e sua família irão passar. Segundo Vera Telles e Daniel Hirata (2010), a partir das discussões levantadas por Foucault, os ilegalismos não são imperfeições ou lacunas nas aplicações da lei. Eles, na realidade, fazem parte da composição dos jogos de poderes presentes nas microrrelações delineadas entorno dessas leis. Ainda com os autores, os ilegalismos se distribuem no cotidiano percorrendo as diversas tramas

que envolvem: os espaços que são protegidos, aqueles que são aproveitáveis onde a lei pode ser violada, outros em que a lei pode ser ignorada, e outros, enfim, em que as infrações são sancionadas (TELLES, HIRATA, 2010:42).

Nesse sentido, os ilegalismos podem ser compreendidos como diferentes formas de entendimento sobre as leis e as práticas contrárias a elas que surgem no momento em que são erigidas. Um contrato com cifras falsas, seguido por uma “escritura particular”, pode ser associado à ideia de ilegalismo por operar, também, como uma forma de gestão, controlada por agentes dotados de saber – advogados, tabeliães, engenheiros – que autorizam e consentem certo número de práticas que estão, ao mesmo tempo, dentro e fora da lei.

Normativo, objetivo, racional, somado às formas de gestão, ilegalismos e interesses. O importante em apresentar essas faces do contrato se dá na medida em que nos permitir colocar de lado as perspectivas dicotômicas de análise dos problemas sociais que, em geral, separam a economia de outras dimensões da vida social como economia x política, economia x indivíduo, economia x sociedade, economia x direito. Parece-me mais interessante trabalhar o contrato como parte de um intrincado jogo de interesses onde se faz possível trazer para o primeiro plano o complexo imbricamento entre o público, o privado, a economia, os indivíduos, o direito, as subjetividades, o mercado e o neoliberalismo. E é observando a trajetória de Quinto o lugar onde podemos acompanhar esses imbricamentos.

Mal saíram do escritório onde assinavam o contrato e começavam a aparecer os problemas. Quinto e Caisotti desciam as escadas conversando amigavelmente sobre o início das obras. No entanto, é apenas neste momento que Quinto descobre que as obras serão iniciadas somente depois da liberação pela prefeitura. Seria preciso apresentar o projeto ao departamento técnico, esperar que a comissão se reunisse e, se tudo corresse bem, o projeto seria liberado em algumas semanas.

Em sua primeira alteração humor, nosso aventureiro passa a interrogar Caisotti. Perplexo, Quinto parara no meio da escada:

– Mas, Caisotti, não está vendo que... O senhor acabou de assinar um contrato em que se compromete a nos entregar os apartamentos prontos em 31 de dezembro!

- Devagar! – e Caisotti avançou com uma cara acesa e tenebrosa, como Quinto jamais vira, nem daquela vez que se enfurecera sobre o terreno. – Devagar! O contrato diz: entrega em oito meses! E oito meses quer dizer oito meses depois da aprovação do projeto pela comissão!

- Mas nem em sonho, Caisotti! A data está lá. O senhor está obrigado a nos entregar as unidades em 31 de dezembro deste ano!

Não, sim, oito meses, 31 de dezembro, o acordo, o contrato, o fato é que em certo ponto estava escrito entrega em oito meses e, em outro, até 31 de dezembro. De qualquer modo, o parecer do advogado e do tabelião era de que não havia motivo de alarme, porque a aprovação da prefeitura não podia demorar muito, “e de resto esse Caisotti deve ter os esquemas dele na prefeitura, sempre consegue fazer o que quer”.

Quinto e Caisotti se cumprimentaram saindo pelo portão do cartório, e Quinto já suspeitava ter dado um passo em falso. (CALVINO, 2011: 65-66)

Desde os primeiros momentos da assinatura do contrato vemos como o documento apresenta a face de impossibilidade de realização nos termos em que foram redigidos. Os próprios termos são compostos por lacunas e são nessas entrelinhas que surgem as inúmeras brechas, interpretações e formas diversas de execuções. Aquelas regras “normativas, objetivas e racionais” que apareciam como uma abstração desencarnada passam a ser regida pelas complexidades das relações sociais.

Caisotti não era bem visto na prefeitura. O especulador havia construído dois prédios acima da altura permitida pela legislação. Corria um processo contra ele e o perito responsável pela ação judicial era exatamente o engenheiro Travaglia. No entanto, a autorização para o início das construções no terreno de Quinto não sairia rapidamente sem um mediador entre Caisotti e seu projeto e os técnicos da prefeitura. Para que o projeto fosse votado rapidamente e a favor, a pessoa mais apropriada era Travaglia. Para complicar o andamento, o engenheiro se negava a aparecer em uma obra como parceiro de Caisotti. A autorização atrasa, passam-se semanas, um mês e nada!

Voltando a ideia de Vera Telles sobre os ilegalismos, estes não podem ser tratados como algo negativo da vida social precisamente porque eles têm papéis previstos na estratégia geral da sociedade (TELLES, 2010:100). Os ilegalismo exercem um regime funcional dos atos considerados irregulares ou ilegais no interior de um conjunto de regras normativas em vigor. Nesse sentido, os ilegalismos integram uma ordem econômico-jurídica onde o econômico, o

jurídico e o dia-a-dia de pessoas comuns formam um conjunto de atividades reguladas que proporcionam condições de possibilidades dentro e fora da lei.

Finalmente a autorização é aprovada, não se sabe como, mas é o próprio Travaglia quem avisa a Quinto que o projeto passaria pela comissão. A obra começa. Apenas dois serventes de pedreiro iniciam as escavações. Começam também os desentendimentos entre Quinto e Caisotti.

Surge um novo problema, uma fossa encontrada no meio do terreno. Alguém teria que esvaziá-la, quem seria o responsável? Esse imprevisto, obviamente, não estava prescrito no contrato. Quinto acusa Caisotti que acusa Quinto e o resultado: mais atrasos. Caisotti coloca toda a terra retirada nas escavações sobre a calçada, a fiscalização da prefeitura faz uma autuação e a obra para. O especulador precisava terminar outra obra que estava com os prazos vencidos, então, Caisotti decide levar os dois pedreiros, e o terreno de Quinto fica quinze dias sem fazer a fundação de um só centímetro. Faltou cimento na cidade no momento em que deveriam começar a concretagem, em dois dias os fornecedores voltaram a distribuir, menos para Caisotti, corre na cidade que o especulador devia para a empresa de cimento. Caisotti não paga a primeira promissória a Quinto.

Não vou reproduzir aqui as mais de sessenta páginas de adversidades que Quinto precisa enfrentar que, além dos relacionados diretos à obra, incluem inúmeros problemas chamados de “pessoais”: a mãe que pega um cano velho que estava no terreno e Caisotti a acusa de ladra iniciando uma confusão, o irmão de Quinto que passa a ter um caso com a secretária de Caisotti que fica enciumado, Quinto que começa a trabalhar na cidade grande, enfim, um sem número de contratemplos que atingem diretamente o andamento da construção e infringiam cada vez mais as cláusulas do contato.

O que quis trazer nesta parte da comunicação é a concepção trabalhada por Telles e Hirata (2010:41) de que as redes de ilegalismos “redesenham mundos urbanos afetando e redefinindo os ordenamentos sociais”. A ideia é entendermos como as questões se configuram relacionando as normas, seus torneios e a gestão dos ilegalismos. Mais do que isso, através da trajetória de Quinto

podemos entender como as formas da chamada economia neoliberal são concebidas e realizadas no dia-a-dia de pessoas comuns.

A força normativa do contrato e a confiança no documento como critério de verdade e segurança formam um conjunto de atividades e expectativas que, somada aos ilegalismos, redefinem os tipos de execução, de diferenciação, categorização, hierarquização dessas atividades. Não se trata, portanto de transgressões, mas de um conjunto de atividades, de dispositivos e jogos de poder acionados nas microrrelações cotidianas.

Nesse sentido, podemos dizer que as leis, aqui tratadas através das cláusulas do contrato, não são feitas para impedir tal ou qual comportamento, mas para gerir e diferenciar as maneiras de contornar a própria lei. Transgressões consentidas e geridas ganham configurações diversas e fazem demarcações entre a lei e o extra-legal, mostrando que os ilegalismos são ações que estão difusas nas microrregulações sociais. Os ilegalismos, portanto, podem ser um importante instrumento de análise quando conseguimos acompanhar o seu funcionamento.

Para finalizar, o que estamos trazendo nesta parte do trabalho é, no limite, a possibilidade de problematização da vida social através dos textos literários. As questões que Quinto enfrenta permite ao pesquisador observar a vida social a partir de agências múltiplas e nos dá a indicação para trabalharmos as leis, a economia, a política, e as diferentes ações sociais a partir de seus agentes, mecanismos, práticas e relações de poder.

Referência Bibliográfica

AGAMBEN, Giorgio. Arte, inoperatividade, política. In: CARDOSO, Rui Mota. *Crítica do contemporâneo. Conferencias Internacionais: Política, Educação, Biologia*. Porto: Fundação Serralves, 2007.

ARAUZ, Valéria Angélica, *Indizíveis, intangíveis, impossíveis: mundos ficcionais em I nostri antenati, de Italo Calvino*. Tese de doutorado em Estudos Literários, UNESP, Araraquara, 2009.

ASOR ROSA, Alberto. *Stile Calvino: cinque studi*. Torino: Einaudi, 2001.

- BARTHES, Ronald. A morte do autor. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004).
- _____. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- _____. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- CALVINO, Italo. *A especulação imobiliária*, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Assunto encerrado: discurso sobre literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Eremita em Paris: páginas autobiográficas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. CALVINO, I. *A trilha dos ninhos de aranha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Lettere 1940-1985*. Milano: Meridiano Mondadori, 2000.
- _____. *Seis propostas para o próximo milênio*. Lições americanas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CLIFFORD, James and MARCUS, George (eds). *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkley, Los Angeles and London: University of California Pres, 1986.
- DROIT, Roger-pol. *Michel Foucault, Entrevistas*. Rio de Janeiro: Graal, 2006
- DUARTE, Maria Carolina Falcão. *O desnudamento ficcional em A casa da cabeça de cavalo e A árvore das palavras, de Teolinda Gersão*. Dissertação de mestrado em Literaturas de Língua Portuguesa. UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. *O Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.

FORTIN, Sylvie. Contribuições possíveis da etnografia e da auto-etnografia para a pesquisa na prática artística. *Revista Cena*, n. 7, 2010, p. 77- 88. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/cena/article/view/11961>.

HAMANN, Trent. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *Ecopolítica*, PUC-SP, Vol.3, 2012, p.99-133. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/12910>.

ISER, Wolfgang. *O Fictício e o Imaginário: perspectivas de uma antropologia literaria*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999a.

_____. Que é antropologia literaria? In: ROCHA, C. C. (org.). *Teorias da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999b.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

TADDEI, Angela. Sobre a escrita etnográfica. *Aurora*, Marília, Edição Espacial, v.5, p.103-118, 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2367>.

TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social; Rev. Sociol.* São Paulo, Vol. 22. 2010. p.39-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v22n2/v22n2a03.pdf>.

TODOROV, Tzvetan. *A beleza salvará o mundo. Wilde, Rilke e Tsvetaeva: os aventureiros do absoluto*. Rio de Janeiro, Difel, 2011.

_____. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL